



acrítica

FUNDADORES **Umberto Calderaro Filho**
Ritta de Araújo Calderaro

• **RCC**

PRESIDENTE
Teresa Cristina Calderaro Corrêa
VICE-PRESIDENTES
Diascia Tomas Calderaro e
Umberto Tomas Calderaro

• **Conselho Administrativo da RCC**

PRESIDENTE
Teresa Cristina Calderaro Corrêa
VICE-PRESIDENTE
Tatiana Calderaro Tomas

• **Jornal A CRÍTICA**

DIRETORA DE CONTEÚDO
Aruana Brianezi
DIRETOR DE CIRCULAÇÃO
Herval Tapsjós Folhadeia

"Sê forte e corajoso; não temas, nem te espantes, porque o senhor teu Deus é contigo, por onde quer que andares"

Josué 1:9

ATENÇÃO CONTRA RETROCESSOS

A garantia de margem orçamentária para o pagamento do piso salarial da enfermagem – recém-aprovado pelo Congresso Nacional – é um necessário reconhecimento a esses profissionais que são essenciais ao sistema de saúde. Trabalham longas horas, muitas vezes em condições estressantes e desafiadoras, para garantir que os pacientes recebam os cuidados e a atenção necessários. Além disso, eles desempenham uma variedade de funções cruciais, desde administração de medicamentos até suporte emocional para pacientes e famílias. Embora o trabalho dos enfermeiros seja extremamente importante, muitas vezes eles são

mal remunerados em comparação com outros profissionais de saúde. Isso é especialmente verdadeiro em países onde o sistema de saúde não valoriza adequadamente o papel dos enfermeiros. Como resultado, muitos enfermeiros enfrentam baixos salários, longas horas de trabalho e falta de recursos para fazer seu trabalho adequadamente. A remuneração adequada dos enfermeiros é fundamental para garantir que o sistema de saúde possa atrair e reter enfermeiros talentosos e experientes, além de fornecer a eles os recursos necessários para fornecer os melhores cuidados possíveis aos pacientes. Além disso, a

remuneração adequada dos enfermeiros também é importante para valorizar e reconhecer o papel essencial que eles desempenham no sistema de saúde e na sociedade em geral. O aporte de recursos para ajudar a pagar o piso se limita ao setor público. A rede privada terá que encontrar formas para cumprir o novo padrão remuneratório. Impossível implementar uma mudança tão significativa em todo o País sem que haja turbulências. O setor privado já indicou que poderá demitir profissionais caso a obrigatoriedade do piso seja mantida. Natural

que os estabelecimentos privados resistam ao que consideram mero aumento de despesas. Mas o ajuste de mercado acontecerá. O novo piso é uma realidade e prevalecerá, apesar das resistências iniciais. No entanto, profissionais, entidades de classe, parlamentares e demais interessados precisam ficar atentos para evitar movimentos que podem ser danosos à classe. A própria legislação trabalhista em vigor após as mudanças promovidas na última reforma, abre brechas para o que especialistas chamam de "uberização" do serviço. Algo assim não pode acontecer. Uma grande conquista não pode se transformar em precarização.

sim&não

simnao@acritica.com

PEC da Cota ganha dois coautores

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) anunciada pelo deputado federal Amom Mandel (Cid.) após o STF derrubar a reserva de 80% das vagas da UEA para alunos de escolas públicas do Amazonas ganhou apoio de integrantes da bancada, ontem. **Alberto Neto (PL)** e **Adail Filho (Rep.)** serão coautores da PEC, que precisa de 171 assinaturas para começar a tramitar. O texto autoriza estados e municípios a reservarem vagas em universidades públicas para estudantes das espectivas redes de ensino.

IDH será régua A proposta de Amom muda o artigo nº 206 da Constituição Federal, que trata da Educação. Ela prevê também que estudantes de escolas públicas de outros estados com IDH igual ou inferior ao do que oferece as vagas poderão usufruir da cota.

Fermento O Grupo de Trabalho criado pela UEA para propor alternativas que mantenham o sistema de cotas para acesso ao ensino superior deve ser ampliado. Criado com 11 integrantes da instituição, o GT deve ser reforçado hoje.

Energético Os integrantes do GT terão que trabalhar em esquema de mutirão. Segundo anunciado pelo reitor da UEA, **André Zogahib**, eles terão apenas sete dias (contando do

dia 26) para apresentar a minuta de regulamentação.

Mobilizados Estudantes da UEA estão mobilizados para promover, na tarde de hoje, uma manifestação pública contra a decisão do STF. Convocado para a frente da reitoria, o ato pode ser transferido para as imediações do Tribunal de Justiça, conforme apurou a coluna.

Medo Com parte de um levantamento nacional para propor melhorias ao sistema educacional, o TCE-AM visitou 24 escolas do Estado e verificou que a maioria (20 delas) não possuem sistema interno de câmeras de segurança. Isso coloca 83.3% das escolas visitadas em desconformidade com o que determina a Lei

Estadual nº 4.704/2018.

Idiomas Dezesesseis instituições de ensino de línguas estrangeiras aderiram, este ano, na modalidade voluntária ao Programa Bolsa Idiomas da Prefeitura de Manaus. As inscrições para concorrer a bolsas de estudos vão até dia 8 de maio.

Idiomas 2 Coordenado pela Escola de Serviço Público e Inclusão Socioeducacional (Espil), o Bolsa Idiomas recebeu mais de cinco mil inscrições nas primeiras sete horas de funcionamento. As inscrições foram abertas no último dia 26.

Saúde Eleito por unanimidade no fim de março, o secretário de Saúde do AM, **Anoar Samad**, tomou posse ontem como vice-

presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde da região norte. A diretoria para a gestão 23-24 terá como presidente o secretário de Saúde de Minas Gerais, **Fábio Baccheretti**.

Mãozinha Nos dias 29 e 30 de abril e nos dias 06, 07 e 13 de maio, o Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas realizará Plantão Tira Dúvidas sobre o IRPF 2023. Presencial e gratuito, a ação acontece no térreo do Manaus Plaza.

Baixo Carbono A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Instituto de Des. Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (Idam) serão convidados para a coordenação do Plano ABC+ Amazonas.

PINGA FOGO

A busca de novas matrizes econômicas para os Estados da Amazônia pautou o discurso do presidente da ALE-AM, **Roberto Cidade (UB)**, na Reunião do Parlamento Amazônico ocorrida ontem em Belém. Citando o potássio e o gás natural como potencialidades do Amazonas, Cidade defendeu que os políticos da região se unam na defesa de projetos que gerem emprego e renda.

O evento, que contou com a presença do ministro das Cidades, **Jader Barbalho Filho**, reuniu parlamentares do Amazonas, Amapá, Acre, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Jader, que é paraense, falou da importância de agir para "fazer com que o desenvolvimento chegue até a nossa Amazônia".